

# **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA**

## **PROJETO DE LEI Nº 495, DE 1999**

Altera artigo 45 da Lei nº 6.538, de 22/06/1978, sobre serviços postais e dá outras providências.

**Autor:** Deputado ENIO BACCI

**Relator:** Deputado MARCELO ITAGIBA

### **I - RELATÓRIO**

O projeto de lei em epígrafe pretende alterar o artigo 45 da lei nº 6.538/78, de modo a estender para 30 dias o prazo que tem a autoridade administrativa para informar o Ministério Público Federal sobre a prática de crime relacionado com o serviço postal ou com o serviço de telegrama. Hoje, o prazo é de dez dias, contado a partir da data em que a autoridade tem ciência da prática da conduta ilícita.

Alega o autor que o prazo de dez dias é demasiadamente reduzido, não sendo suficiente para que a autoridade realize o esclarecimento dos fatos. Não cumprindo o prazo, fica a autoridade sujeita a responder por crime de responsabilidade, o que não é razoável diante do diminuto tempo disponível para prestar informações.

A Comissão de Ciência e Tecnologia aprovou a proposta.

Compete a essa Comissão o exame da constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e mérito.

É o relatório.

### **II - VOTO DO RELATOR**

A proposição atende aos preceitos constitucionais formais concernentes à competência legislativa da União, às atribuições do Congresso Nacional e à legitimação de iniciativa parlamentar, nos termos dos artigos 22, inciso I, 48 e 61, todos da Constituição da República.

Não há reparos a fazer quanto à juridicidade.

A técnica legislativa exige reparos, pois o projeto não atende aos ditames da Lei Complementar nº 95/98. É indevido o uso da expressão “outras providências” na ementa; o primeiro artigo não indica o objeto e o âmbito de aplicação da futura lei e não há o símbolo (NR) ao final do dispositivo alterado, para indicar a modificação de redação. É também impróprio o uso da expressão “revogam-se as disposições em contrário”, já que a boa técnica recomenda que deve haver indicação clara dos dispositivos que serão revogados.

Quanto ao mérito, concordo com o exposto pela Comissão de Ciência e Tecnologia no sentido de que o exíguo prazo de dez dias impede uma melhor apuração dos fatos e implica, freqüentemente, no envio de informações defeituosas ao Ministério Público. Aqui, longe de contribuir para a celeridade do processo, o prazo reduzido impede uma melhor elucidação da conduta ilícita e acarreta prejuízo à instrução probatória.

Por todo exposto, meu voto é pela constituticonalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto nº 495, de 1999, na forma do substitutivo em anexo .

Sala da Comissão, em                      de                      de 2010.

Deputado MARCELO ITAGIBA  
Relator

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

### SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 495, DE 1999

Altera o artigo 45 da Lei nº 6.538, de 22 de junho de 1978, que dispõe sobre os serviços postais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei altera o artigo 45 da lei nº 6.538, de 22 de junho de 1978, de modo a estender para 30 dias o prazo que tem a autoridade administrativa para informar o Ministério Público Federal sobre a prática de crime relacionado com o serviço postal ou com o serviço de telegrama.

Art. 2º O artigo 45 da lei nº 6.538, de 22 de junho de 1978, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 45. A autoridade administrativa, a partir da data em que tiver ciência da prática de crime relacionado com o serviço postal ou com o serviço de telegrama, é obrigada a representar, no prazo de trinta dias, ao Ministério Público Federal contra o autor ou autores do ilícito penal, sob pena de responsabilidade.(NR)”

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2010.

Deputado MARCELO ITAGIBA  
Relator